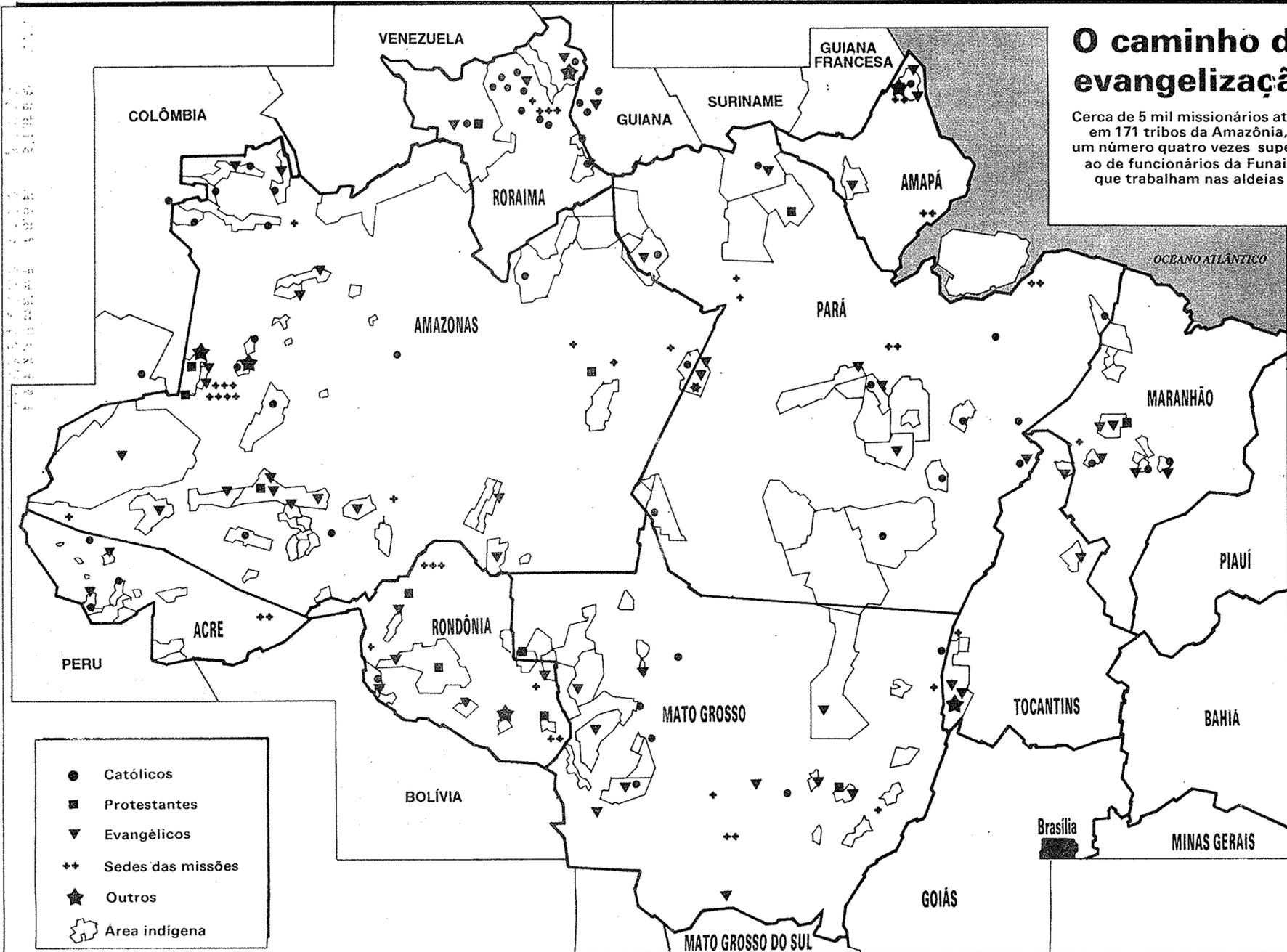


ÍNDIOS

O caminho da evangelização

Cerca de 5 mil missionários atuam em 171 tribos da Amazônia, um número quatro vezes superior ao de funcionários da Funai que trabalham nas aldeias



Missões agem nas aldeias sem controle da Funai

Convênio com nove entidades religiosas terminou há dois anos e não foi renovado, hoje 53 organizações de diversos credos desenvolvem trabalhos lingüísticos e prestam assistência às tribos

MARCO UCHÔA

As 53 organizações religiosas que atuam na Amazônia não têm autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) há pelo menos dois anos para desenvolver trabalhos lingüísticos, prestar assistência médica ou até mesmo para entrar nas aldeias indígenas. Desde 1991, quando terminou o convênio de três anos da Funai com nove entidades religiosas, nenhuma autorização foi concedida a missões católicas, protestantes ou evangélicas. Os trabalhos feitos atualmente por essas instituições são irregulares. Mas os missionários continuam decididos a pregar a Bíblia aos "pecadores", índios que desconhecem o Deus dos brancos.

A Funai não tem controle sobre as atividades das missões. Os números provam a supremacia das entidades religiosas sobre o próprio órgão responsável pela preservação da cultura de 260 mil índios espalhados em 180 tribos no País. Dos 4.150 funcionários da Funai, apenas 30%, ou seja, 1.245 trabalham nas aldeias. O número de missionários ultrapassa 5 mil e eles estão presentes em 171 tribos. Para cada funcionário da Funai nas aldeias existem quatro religiosos, ou um missionário para cada 52 índios.

Em alguns casos, os missionários chegam primeiro que os técnicos da Funai. Foi o que aconteceu na área dos índios Poturus, no oeste do Pará, isolada até o final da década de 80. Representantes da missão norte-americana Novas Tribos do Brasil ocuparam a reserva sem autorização e omitiram a morte de índios por doenças pulmonares, típicas do pós-contato com o branco. A missão, que entrou no País em 1946, foi obrigada a abandonar a área. "Quem está destruindo a vida deles são pessoas que trazem a prostituição, nós levamos apenas a ajuda e a palavra divina", explica Assis Militão da Silva, presidente da entidade, com matriz na Flórida, nos Estados Unidos. A missão tem 500 missionários, 60% brasileiros, em 35 tribos da

Amazônia. Alfabetizam os índios em português e na língua da tribo, por meio de levantamento fonético, sempre com o enfoque bíblico. Prestam assistência médica. "Não temos convênios com a Funai, mas permissão de funcionários dos postos onde atuamos", comenta Silva. Este tipo de autorização não tem validade. Segundo Otília Maria Nogueira, chefe da Coordenadoria Geral de Estudos e Pesquisa, é necessário uma autorização oficial, com regras definidas, para a continuação dos trabalhos, o que não foi concedido. "Ainda não sabemos como são feitos os contatos, mas temos consciência de que algumas instituições estão voltadas para descaracterizar a cultura indígena", comenta.

As missões católicas, que seguem as recomendações do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), se preocupam mais com a assistência médica e preservação da cultura do que com a evangelização. Desenvolvem trabalhos com menos impacto na cultura das tribos, o que é uma maneira de compensar a fase de evangelização dos jesuítas. São 400 missionários em 69 tribos, principalmente em Roraima e Pará. "Queremos dar condições para que eles tenham vida", afirma o secretário nacional do Cimi, Francisco Loebens, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "A comunidade indígena é que precisa dizer se nos querem e não uma entidade que não os representa", afirma Loebens.

Os protestantes atuam em 17 tribos entre o Amazonas e Rondônia. Mas os evangélicos, defensores da salvação pela palavra de Deus, avançam cada vez mais. Estão em pelo menos 75 aldeias. São mais de 40 sedes de missões nacionais e estrangeiras nas principais capitais da região Norte. É como se a colonização estivesse na sua segunda fase, agora com mais recursos, mas com a mesma finalidade. Os convênios que acabaram há dois anos, segundo Otília Maria Nogueira, foram assinados durante a passagem de Romero Jucá Filho pela Funai e não têm nenhuma análise antropológica. "Apenas nove entidades receberam autorização para entrar nas aldeias, a maioria continuou a desenvolver seus projetos de forma irregular", diz.

Isso possibilitou o avanço das entidades religiosas, principalmente as missões evangélicas, que puderam executar seus planos sem controle. A Funai não conseguiu retirar as missões das aldeias com o término dos convênios e ficou sem controle sobre as irregulares. "As missões acabaram desempenhando um papel que deveria ser do Estado", lamenta Otília, interessada em estabelecer critérios para a atuação das missões.

Evangelização deve ter novas normas em 1994

Missões deverão ter como meta ação humanitária e não religiosa; abertura de novas frentes será vetada

O atual presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Dinarte Nobre de Macedo, pretende criar até o início do próximo ano normas para o trabalho das missões que atuam em áreas indígenas. Desde 1991, quando terminou o convênio com nove missões, que os técnicos da Funai discutem o teor de uma portaria para controlar o trabalho evangélico nas aldeias. A discussão começou em 1991, durante a gestão de Sidney Possuelo, mas o projeto foi engavetado por seus sucessores em consequência da pressão da bancada evangélica do Congresso e dos representantes das missões. "Não quero

atrapalhar o trabalho de ninguém, mas precisamos traçar regras para garantir a preservação da cultura indígena, como determina o artigo 231 da Constituição", comenta.

No prazo de 15 dias ele pretende criar um Conselho Indigenista, composto por antropólogos e representantes de entidades que atuam na área, para dar continuidade ao projeto de normatização que já completou dois anos de gaveta. "Vamos traçar prioridades e colocar em prática os planos aprovados." Por falta de recursos técnicos, a Funai não consegue retirar das aldeias os missionários. Na realidade, as missões têm mais recursos que a própria entidade. Fornecem remédios e são vistas como protetoras. O texto da portaria já começou a ser escrito e tem tudo para aumentar a polêmica em torno do assunto.

Em um dos artigos, ficou determinado que o trabalho das missões em área indígena será avaliado por antropólogos e especialistas no assunto, o que não ocorreu durante a assinatura dos últimos convênios. A instituição missionária será notificada sobre a avaliação. No caso de parecer desfavorável, poderá entrar com recurso. As missões deverão ter como meta a ação humanitária e não religiosa e não será permitida a abertura de frentes missionárias.

O material didático produzido pelas instituições deverá, a partir da assinatura da portaria, ser apreciado pelo Departamento de Educação da Funai. "Não vamos permitir a presença de missões em áreas de índios isolados ou que estimulem outras pessoas a contatá-los", comenta Macedo. O ponto mais polêmico da portaria trata da proibição de material bilingüe para textos bíblicos. "Eles deverão seguir as normas que regem as atividades de pesquisas científicas na área", explica. (M.U.)

Leia amanhã

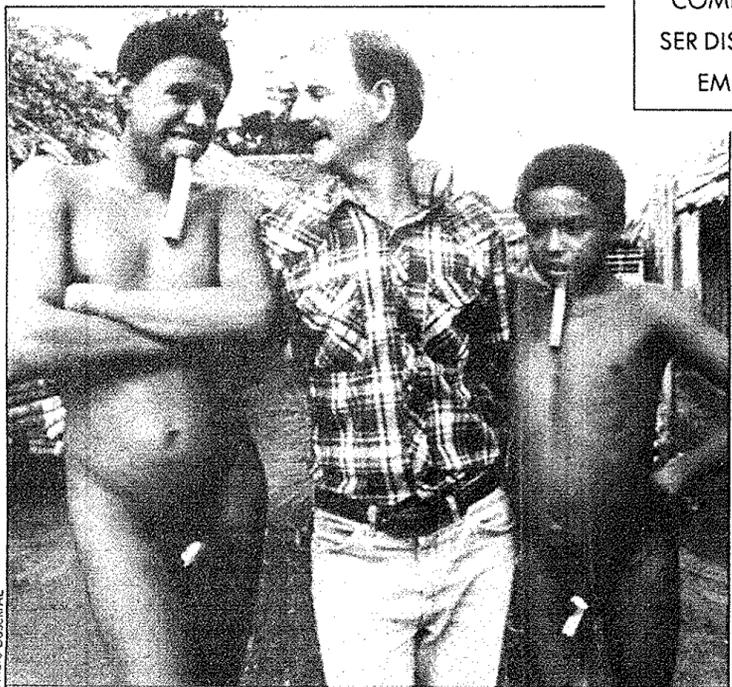
A leião de antropólogos e indigenistas sobre o trabalho das missões evangélicas

Uaimiris resistem a contatos religiosos

Os missionários podem ter entrado facilmente em algumas áreas indígenas, mas não se arriscam a enfrentar os 588 índios da tribo uaimiri-atroari que ocupam uma área de 2,5 milhões de hectares entre o sul de Roraima e o norte do Amazonas. Eles formam o único grupo contatado pelos homens, brancos que conseguem, sempre pela força, resistir à influência dos evangélicos. Para desespero dos representantes das missões, esses índios não admitem outro deus a não ser Maudá. Mantêm as tradições religiosas, não bebem nem fumam e vivem armados, prontos para atacar.

Eles ganharam em 1968 a fama de "os mais bárbaros da Amazônia". Mataram o padre italiano Giovane Calleri e outras oito pessoas de uma expedição que tentava atrair os para que pudessem ser abertos à estrada BR-174 (Manaus-Boa Vista). A estrada foi construída e passa 119 quilômetros por dentro da área dos uaimiris-atroaris. Os guerreiros alegaram ter matado os missionários porque eram explorados. Em 74, assassinaram o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, da Funai, sob alegação de traição.

Nos anos 70, a Missão Evangélica da Amazônia (Meva) tentou se aproximar da tribo por meio dos uaiuais, amigos dos bravos guerreiros. Depois de muito tempo, os uaiuais convertidos à Meva conseguiram se aproximar de apenas um uaimiri, o índio conhecido como Cheiquinho, da aldeia Tauará. Quando ele começou a doutrinação, os uaimiris-atroaris o afastaram e exigiram seu retorno para a aldeia dos uaiuais. "Eles são muito unidos e não admitem interferências em sua cultura", explica o sertanista Raimundo Nonato Nimes Corrêa, gerente do Programa Uaimiri-Atroari, criado em 1987 pela Eletromorte e Funai para diminuir o impacto da perda de 30 mil hectares da terra dos índios com a construção da hidrelétrica de Balbina. (M.U.)



Missionário americano da Missão Novas Tribos entre índios poturus, no Pará

ASSUNTO
COMEÇOU A
SER DISCUTIDO
EM 1991